ONU
programa para o meio ambiente

Resumo para Tomadores de Decisão

Natureza no vermelho

Potencializando a economia de transição da natureza estimada em trilhões de dólares

© 2026 United Nations Environment Programme

ISBN: 978-92-807-4258-9
Job No: CLI/2740/NA
DOI: https://doi.org/10.59117/20.500.11822/49119

This publication may be reproduced in whole or in part and in any form for educational or non-profit services without special permission from the copyright holder, provided acknowledgement of the source is made. The United Nations Environment Programme would appreciate receiving a copy of any publication that uses this publication as a source.

No use of this publication may be made for resale or any other commercial purpose whatsoever without prior permission in writing from the United Nations Environment Programme. Applications for such permission, with a statement of the purpose and extent of the reproduction, should be addressed to unep-communication-director@un.org.

Disclaimers
The designations employed and the presentation of the material in this publication do not imply the expression of any opinion whatsoever on the part of the Secretariat of the United Nations concerning the legal status of any country, territory, city or area of its authorities, or concerning the delimitation of its frontiers or boundaries.

Mention of firm names and commercial products in this document does not imply endorsement by the United Nations Environment Programme or the authors. The use of information from this document for publicity or advertising is not permitted. Trademark names and symbols are used in an editorial fashion with no intention of infringement of trademark or copyright laws.

The views expressed in this publication are those of the authors and do not necessarily reflect the views of the United Nations Environment Programme. We regret any errors or omissions that may have been unwittingly made.

©Maps, photos and illustrations as specified

Suggested citation:
United Nations Environment Programme (2026). *State of Finance for Nature 2026: Nature in the red: Powering the trillion dollar nature transition economy.* Nairobi. https://wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/49119

Production: Nairobi
URL: https://www.unep.org/resources/state-finance-nature-2026

Cover design: Beverley McDonald

Core partners: UN environment programme; Economics of Land Degradation Initiative; Global Canopy

With analytics by: Frankfurt School FS-UNEP Collaborating Centre for Climate & Sustainable Energy Finance; UFZ Helmholtz Centre for Environmental Research

With financial support from: Federal Ministry for Economic Cooperation and Development; The Government of the Grand Duchy of Luxembourg, Ministry of the Environment, Climate and Biodiversity

Conteúdo

1. Introdução 1

2. Finanças prejudiciais à natureza 3

3. Financiamento global de soluções baseadas em redes 5
3.1 Finanças públicas internas 6
3.2 Financiamento público internacional de SbN por meio do Financiamento Oficial de Desenvolvimento 6
3.3 Sinergias entre financiamento de SbN e as Convenções do Rio 6
3.4 Finanças privadas 7

4. A lacuna entre as necessidades atuais de financiamento e os investimentos em SbN 8

5. Implicações políticas e a curva X da transição da natureza 10

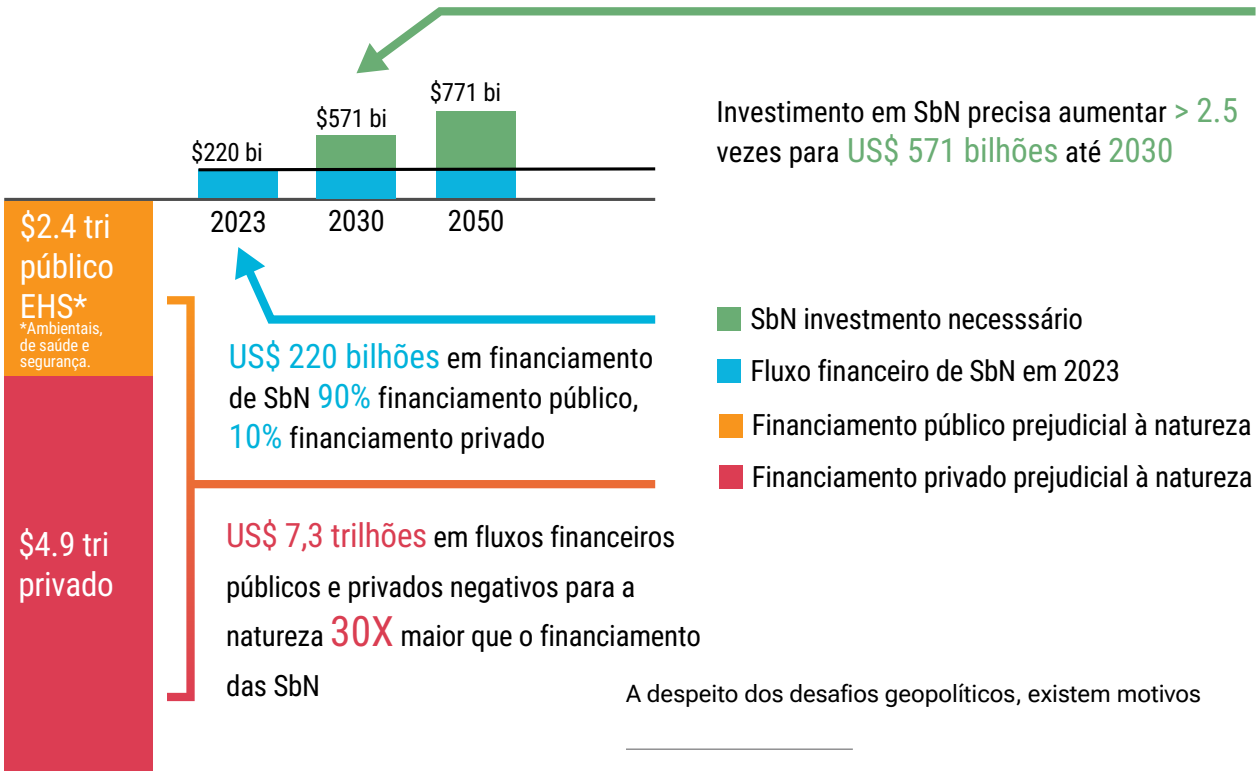
© Unsplash

1 Introdução

A edição de 2026 do relatório *Estado das Finanças para a Natureza* (SFN, na sigla em inglês) destaca a necessidade urgente de impulsionar a "Grande Virada para a Natureza". O SFN apresenta evidências e análises que apoiam formuladores de políticas, empresas, financiadores e sociedade civil na tomada de decisões informadas sobre investimentos em Soluções Baseadas na Natureza (SbN) e na redução dos fluxos de capital prejudiciais à natureza. Além disso, o relatório traz informações atualizadas para avaliar e detectar tendências nos investimentos públicos e privados em SbN, no contexto das mudanças sistêmicas de capital necessárias para atingir as metas globais de biodiversidade, clima e ecossistemas. A novidade do SFN 2026 é a Curva X da Transição da Natureza, que identifica as atividades que devem ser eliminadas gradualmente e aquelas que podem ser ampliadas para iniciar a "Grande Virada para a Natureza".

O SFN 2026 estima que os fluxos financeiros diretos prejudiciais à natureza atingiram US$ 7,3 trilhões em 2023 [1], enquanto o investimento em SbN foi de apenas US$ 220 bilhões – uma proporção de mais de 30:1 (Figura 1). Para cumprir os compromissos globais das Convenções do Rio, o investimento em SbN deve aumentar duas vezes e meia, para US$ 571 bilhões em 2030 e para US$ 771 bilhões em 2050, enquanto os fluxos prejudiciais devem ser eliminados gradualmente e redirecionados.

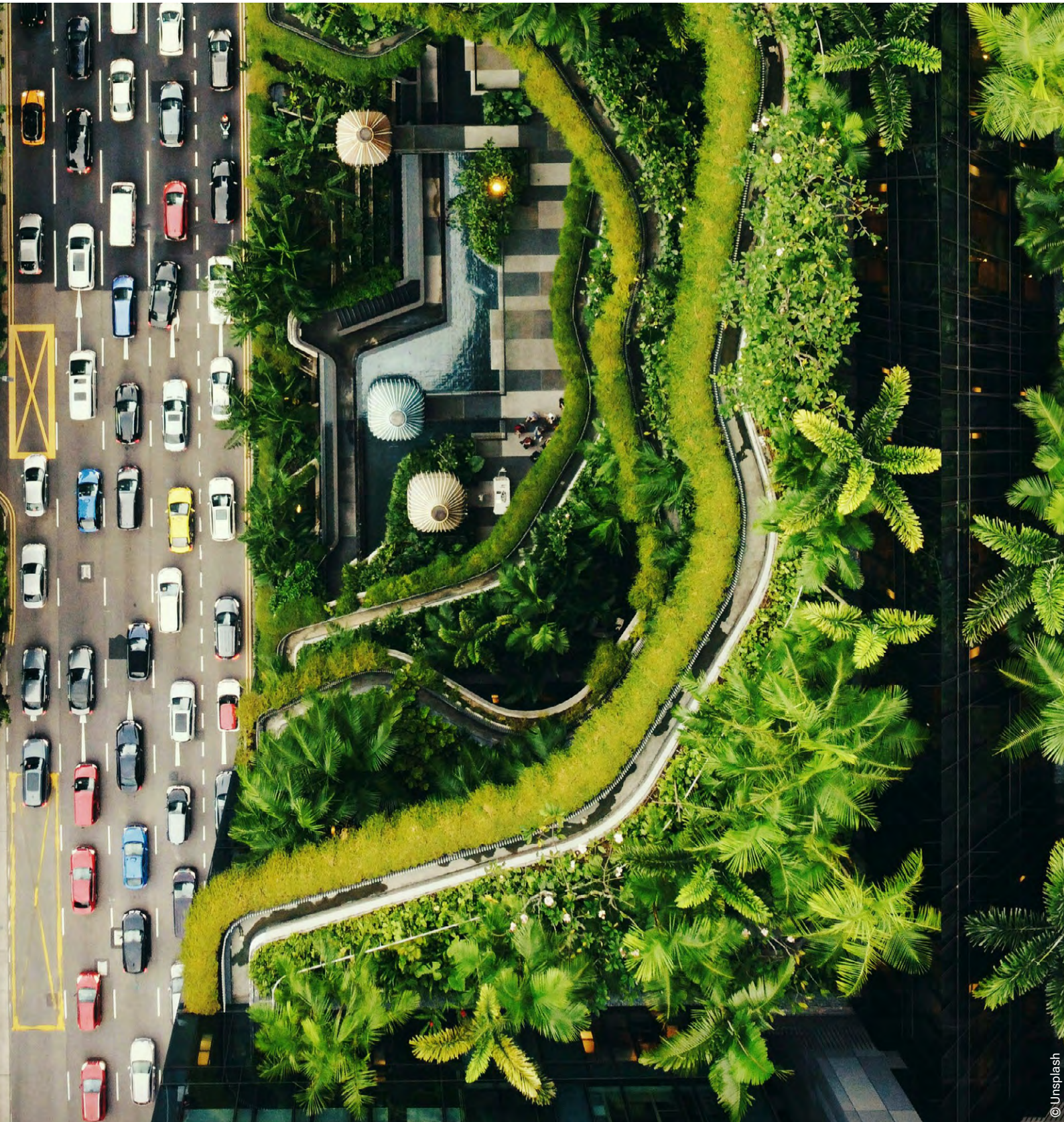
Figura 1: Financiamento prejudicial à natureza, financiamento de SbN e necessidades de investimento em 2023



A despeito dos desafios geopolíticos, existem motivos

1 O ano de análise (agregação e comparação) para o SFN 2026 é 2023. Embora alguns dados estejam disponíveis para 2024, os dados de 2023 são utilizados por serem os mais recentes para os quais há dados consistentemente disponíveis. As estimativas são expressas em dólares americanos reais de 2024.

para otimismo, baseados em maior conscientização, melhores dados e crescentes compromissos de alguns governos, da sociedade civil e das empresas na transição para uma economia mais resiliente às mudanças climáticas e mais favorável à natureza. Há indícios de que o setor financeiro busca compreender melhor suas dependências, impactos, riscos e oportunidades (DIRO) relacionados à natureza, havendo mais de 730 participantes na Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada à Natureza (TNFD, na sigla em inglês), representando ativos sob gestão de US$ 22,4 trilhões. Dados aprimorados e o rastreamento transparente dos fluxos financeiros podem estabelecer a base para ações e investimentos mais rápidos por parte de governos e do setor privado, com o aproveitamento das oportunidades de crescimento relacionadas à natureza.

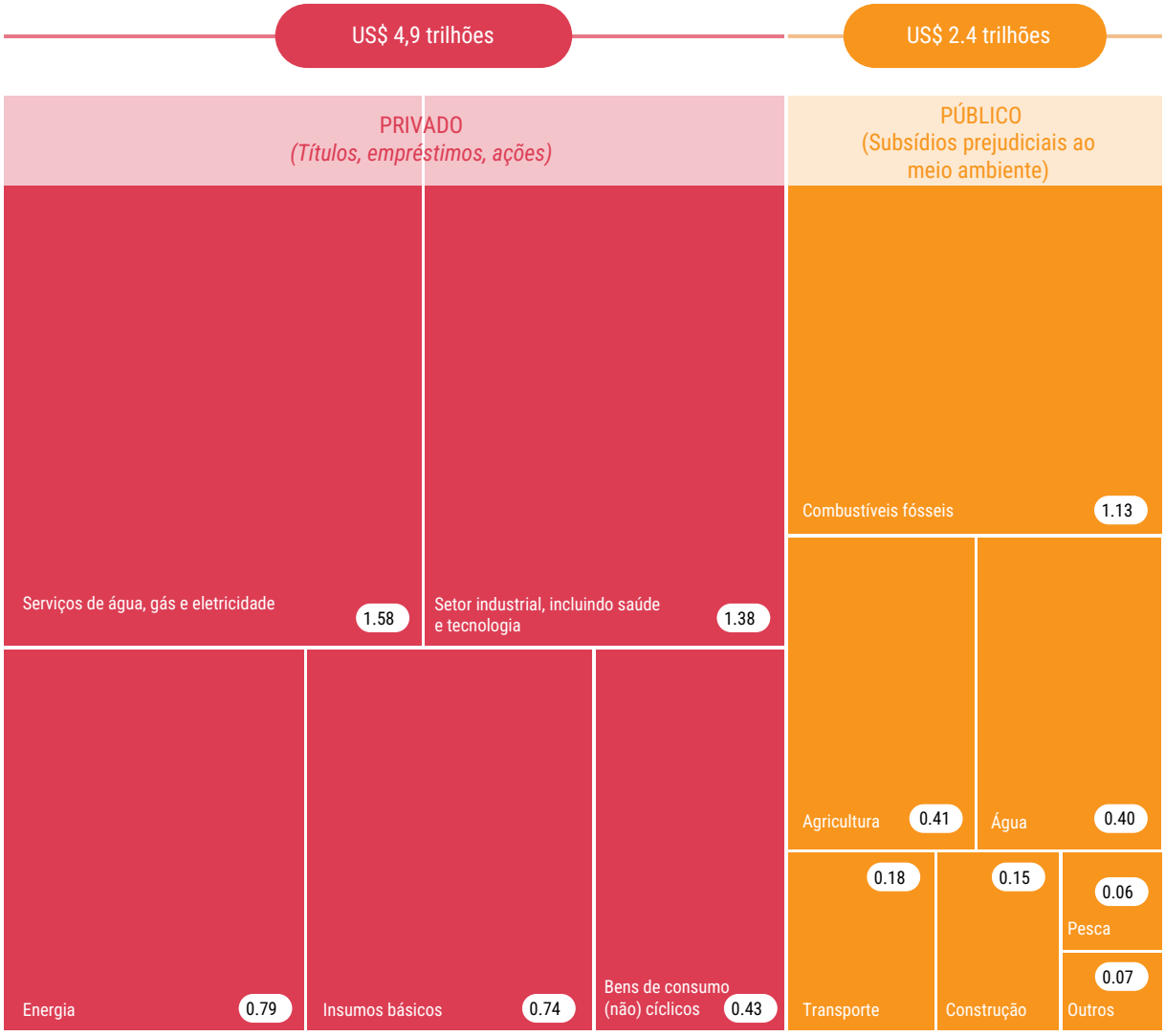


© Unsplash

2 Finanças prejudiciais à natureza

O financiamento de impacto negativo à natureza continua sendo o maior obstáculo para a transição das sociedades para uma sociedade mais sustentável. Em 2023, US$ 7,3 trilhões foram destinados a atividades que causam danos diretos à natureza – US$ 2,4 trilhões em subsídios públicos para combustíveis fósseis, agricultura, uso da água, transporte e construção, e US$ 4,9 trilhões de capital privado concentrado em setores como serviços de água, gás, eletricidade, indústria, energia e materiais básicos (Figura 2).

Figura 2: Fluxos financeiros prejudiciais à natureza em 2023



Subsídios públicos e investimentos privados frequentemente se reforçam mutuamente, destinando o capital privado para setores prejudiciais ao meio ambiente, como a indústria de combustíveis fósseis. Por exemplo, no setor agrícola, subsídios ambientalmente prejudiciais (SAP) incluem transferências diretas e indiretas de governos para agricultores que elevam artificialmente os preços das colheitas ou promovem o uso excessivo de insumos como fertilizantes ou pesticidas, levando a práticas

agrícolas insustentáveis, superprodução, conversão de terras e desmatamento. Além dos SAP, o financiamento público prejudicial ao meio ambiente também inclui gastos governamentais relacionados a infraestrutura, habitação, barragens e indústrias extrativas.

Os fluxos de capital privado com impacto negativo sobre a natureza permanecem persistentemente elevados, em US$ 4,9 trilhões (em 2023), e estão altamente concentrados em poucos setores (ver Figura 2). Apesar do crescente reconhecimento da materialidade dos riscos climáticos e da biodiversidade, o investimento privado com impacto negativo sobre a natureza manteve-se persistentemente alto, em cerca de US$ 5 a 6 trilhões, de 2020 a 2023, sugerindo um progresso limitado até o momento na dissociação entre capital e degradação ambiental. Em 2024, o financiamento privado prejudicial à natureza aumentou 12%, atingindo US$ 5,5 trilhões.

Um aspecto positivo é que o investimento privado prejudicial à natureza em petróleo e gás diminuiu de aproximadamente US$ 1 trilhão em 2020 para US$ 519 bilhões em 2023. Essa queda de 50% em quatro anos está em consonância com o crescente reconhecimento dos riscos relacionados à natureza como fatores relevantes para a estabilidade financeira e a redução dos custos de produção de energia renovável.

Os dados e análises do SFN 2026 sugerem que, se os governos reduzirem e redirecionarem os riscos ambientais, de saúde e segurança (EHS, na sigla em inglês) em alguns setores-chave e se o setor privado adotar modelos de negócios que minimizem o impacto sobre a natureza em todas as cadeias de valor, será possível reduzir significativamente o financiamento público e privado com impacto negativo sobre a natureza. Outras medidas políticas que governos e reguladores financeiros podem implementar incluem a exigência de divulgação obrigatória, a integração dos riscos relacionados à natureza na supervisão financeira e o apoio a estratégias de transição justa para garantir impactos adversos mínimos sobre os trabalhadores.

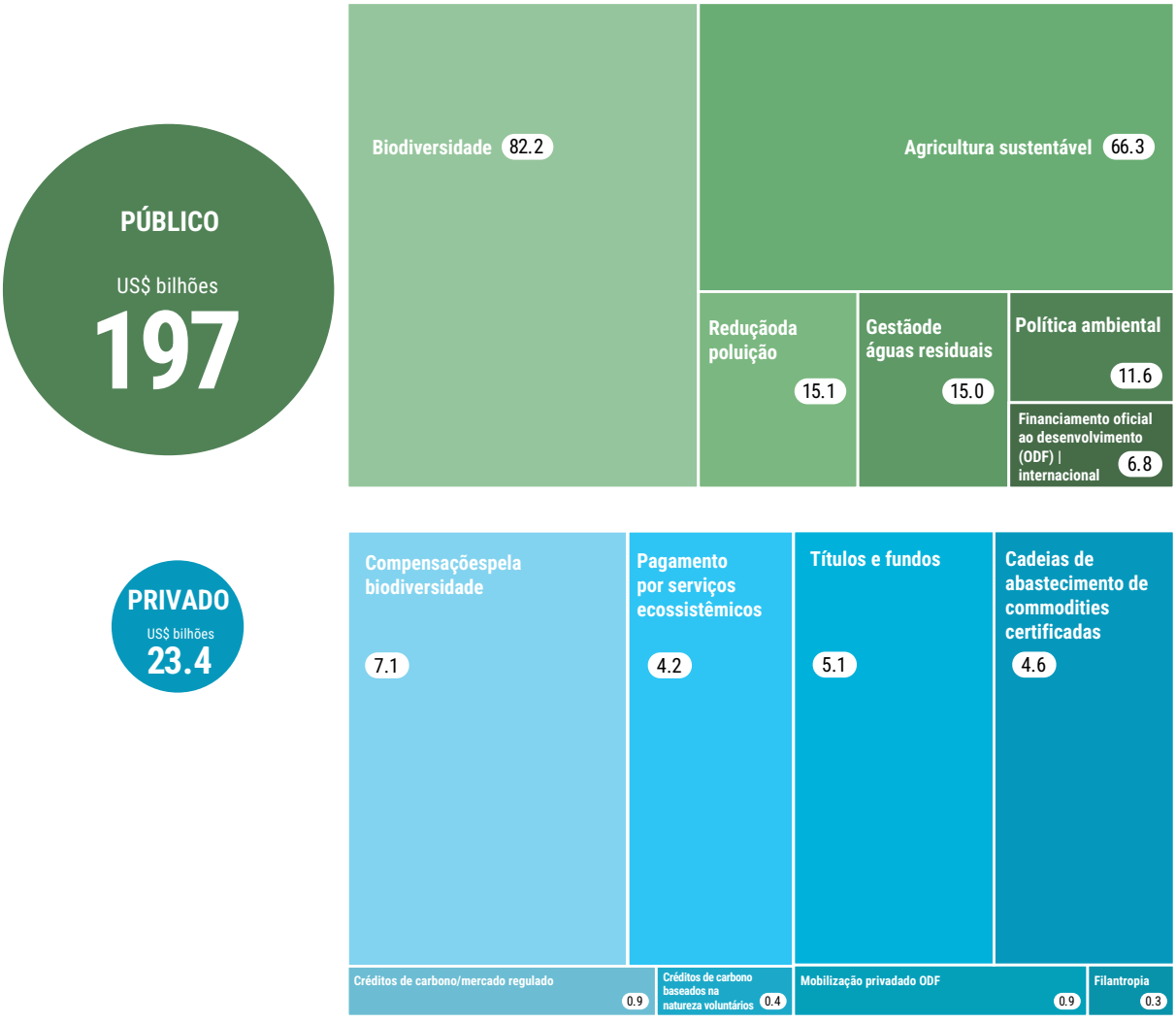
© Unsplash

3 Financiamento global de soluções baseadas em redes

O financiamento total para o SbN atingiu US$ 220 bilhões em 2023, um aumento de cinco por cento em relação a 2022. Os fluxos de financiamento público para soluções baseadas na natureza são nove vezes maiores que os fluxos de financiamento privado.

- O financiamento público foi de US$ 197 bilhões (90% do financiamento total da SbN).
- O financiamento privado representou US$ 23,4 bilhões (10%).[2]

Figura 3: Fluxos financeiros para soluções baseadas na natureza em 2023



2 A diminuição de US$ 35 bilhões em 2022 para US$ 23 bilhões em 2023 deve-se, em parte, à utilização de dados e métodos diferentes.

3.1 Finanças públicas internas

O Investimento público interno é a maior fonte de financiamento para as SbN, com US$ 190 bilhões em 2023 (um aumento de 4% em relação a 2022). Os investimentos com a proteção da biodiversidade e da paisagem cresceram significativamente (11 %), possivelmente refletindo os compromissos governamentais de aumentar os gastos com a conservação da biodiversidade para atingir as metas do Marco Global de Biodiversidade (GBF). O financiamento público para SbN nos setores de agricultura, silvicultura e pesca diminuiu.

Apesar de sua magnitude, o investimento público interno em SbN permanece modesto em comparação com os subsídios prejudiciais ao meio ambiente, que ultrapassam US$ 2,3 trilhões anualmente. Alinhar os orçamentos nacionais com os compromissos de deter e reverter a perda de biodiversidade, as metas climáticas e a neutralidade da degradação do solo é fundamental para o bem-estar humano e o crescimento econômico sustentável.

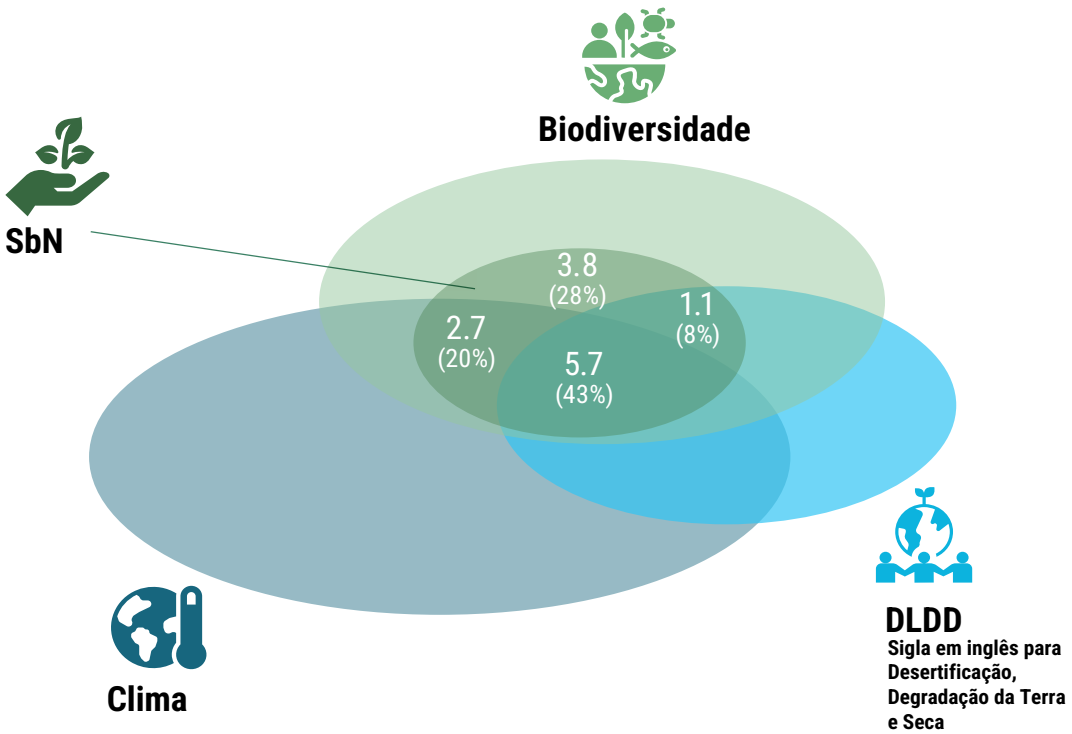
3.2 Financiamento público internacional de SbN por meio do Financiamento Oficial de Desenvolvimento

O Financiamento Oficial de Desenvolvimento (ODF, na sigla em inglês) com foco em SbN continua a crescer, atingindo US$ 6,8 bilhões em 2023, um aumento de 21% em relação a 2022 e 55% superior ao de 2015. O ODF permanece um fator crucial para a expansão das SbN em países em desenvolvimento. No entanto, os orçamentos para o ODF estão sob forte pressão em 2024 e 2025 devido à conjuntura geopolítica, o que pode restringir os fluxos futuros.

3.3 Sinergias entre financiamento de SbN e as Convenções do Rio

Aproximadamente 43% do ODF com foco em SbN em 2023 apoiaram iniciativas que visam atender simultaneamente às três Convenções do Rio, demonstrando a capacidade das SbN de gerar múltiplos benefícios globais ao combater conjuntamente as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a degradação do solo.

Figura 4: Contribuição da iniciativa ODF, que visa soluções baseadas na natureza, para as Convenções do Rio em 2023.



3.4 Finanças privadas

O investimento privado em SbN atingiu US$ 23,4 bilhões em 2023. Embora pequeno em termos absolutos, demonstra um impulso favorável. As compensações de biodiversidade totalizaram mais de US$ 7 bilhões[3]; as cadeias de suprimento de commodities certificadas, mais de US$ 4 bilhões; os títulos e fundos relacionados à biodiversidade, cerca de US$ 5 bilhões; e os mercados de carbono baseados na natureza, US$ 1,3 bilhão.

Os investimentos em cadeias de suprimento de commodities certificadas, por exemplo, ainda estão muito aquém do que as empresas de bens de consumo, varejistas e outros tipos de empresas privadas se comprometeram a fazer para acabar com o desmatamento tropical, reduzir a perda de recursos naturais e as emissões de gases de efeito estufa. Isso evidencia as limitações dos compromissos voluntários do setor privado, particularmente na ausência de roteiros claros para alcançar metas voluntárias, compromissos de investimento ou disposição para compartilhar os riscos financeiros na transição para práticas mais sustentáveis. Os mercados de biodiversidade e carbono permanecem incipientes ou limitados por percepções de integridade, adicionalidade e equidade.

Embora o investimento privado em SbN ainda seja modesto, o potencial é enorme. Com um ambiente favorável, padrões adequados e instrumentos de compartilhamento de riscos, o capital privado poderia crescer rapidamente e se tornar um fator decisivo para reduzir a lacuna de financiamento das SbN. Mobilizar o financiamento privado é essencial para construir uma economia de transição para a natureza que movimente trilhões de dólares.

© AdobeStock

3 O SFN reconhece que as compensações de biodiversidade são mecanismos de compensação que podem não resultar em benefícios líquidos para a natureza. No entanto, esta análise inclui o financiamento mobilizado por meio de programas obrigatórios de compensação de biodiversidade, partindo do princípio de que, na ausência desses programas, a maior parte dos danos causados à natureza pelos empreendedores não seria compensada. Portanto, o investimento em compensações representa um ganho líquido em relação a este cenário sem medidas corretivas.

4 A lacuna entre as necessidades atuais de financiamento e os investimentos em SbN

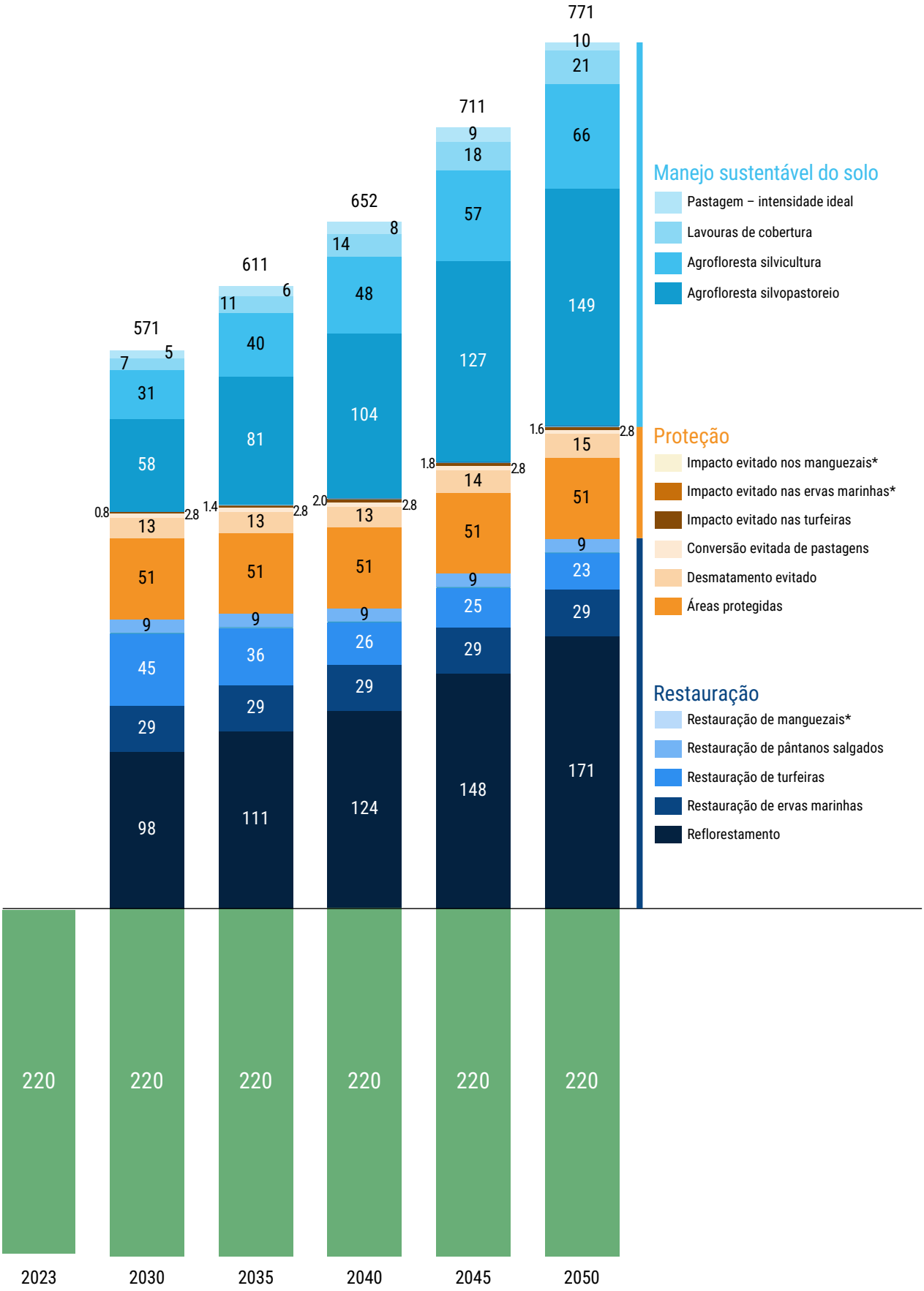
Embora os fluxos de financiamento para as SbN tenham continuado a crescer, eles permanecem muito abaixo dos níveis necessários para atingir as metas das Convenções do Rio relacionadas à biodiversidade, ao clima e à restauração de terras. Os fluxos anuais de financiamento para as SbN, de US$ 220 bilhões, precisam aumentar mais de duas vezes e meia em relação aos níveis atuais, chegando a US$ 571 bilhões até 2030, e mais que triplicar, atingindo US$ 771 bilhões até 2050, para que as metas do Rio sejam alcançadas.

A Figura 5 apresenta as oportunidades de investimento em SbN agrupadas em proteção, restauração e manejo sustentável da terra, de 2030 a 2050. O investimento adicional necessário em 2030 é maior para restauração, com US$ 181 bilhões, seguido por manejo sustentável da terra (US$ 101 bilhões) e proteção (US$ 68 bilhões). Embora as necessidades de investimento para proteção pareçam baixas, o relatório Estado das Finanças para a Natureza (SFN 2023) e o relatório Estado das finanças para florestas (PNUMA 2025) indicam que isso se deve à sua relação custo-benefício e ao baixo custo por hectare da proteção em comparação com as SbN relacionadas à restauração e a manejo sustentável da terra. Sempre que possível, a proteção deve ser priorizada.

Dado que as empresas tomam decisões de investimento com base em sinais de mercado influenciados pelo comportamento e incentivos do consumidor, os governos devem proporcionar um ambiente favorável para catalisar o investimento privado em SbN por meio de regulamentação e incentivos, por exemplo, regulamentando a produção de commodities "livre de desmatamento" e apoiando o desenvolvimento de mercados para serviços ecossistêmicos.

© AdobeStock

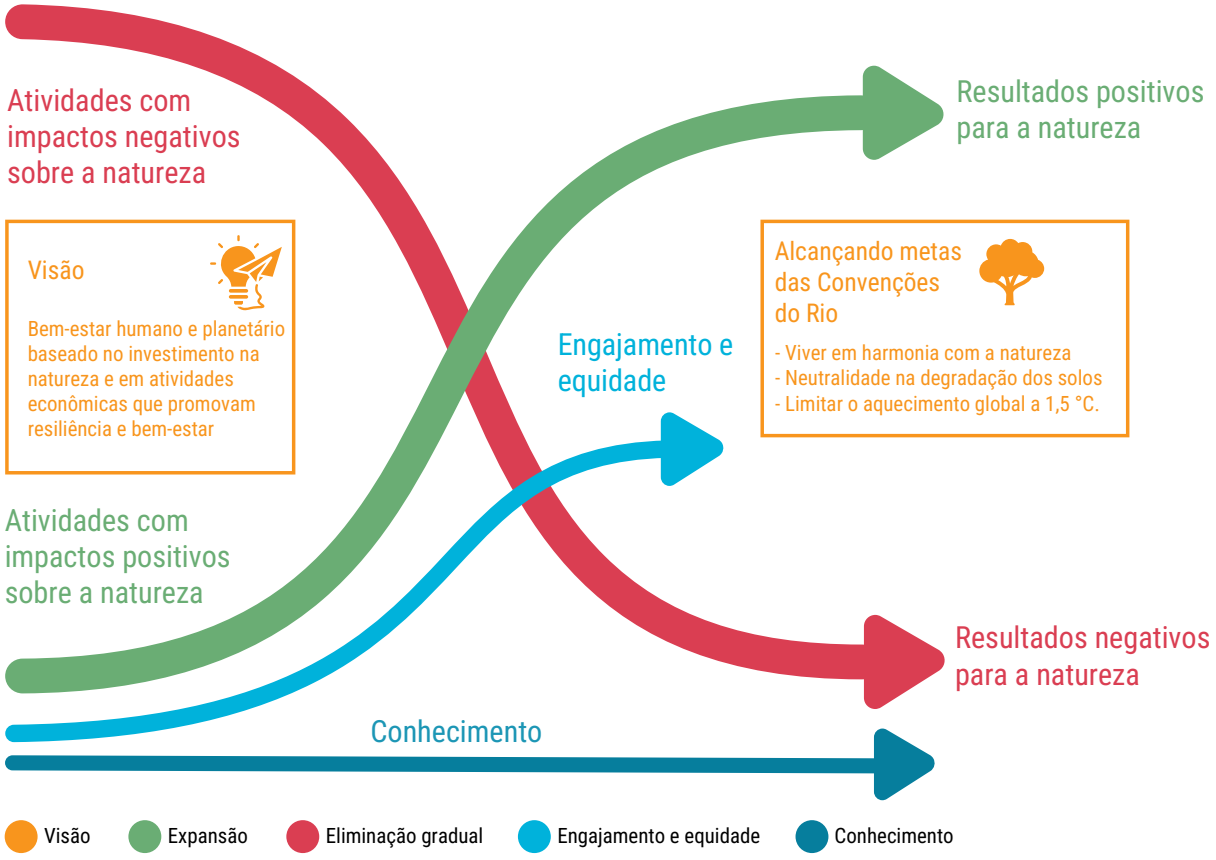
Figura 5. Necessidades anuais de investimento em SbN para atingir as metas do Rio (bilhões de dólares americanos).



5 Implicações políticas e a curva X da transição da natureza

A Grande Virada para a Natureza exige aproveitar a oportunidade para redirecionar os US$ 7,3 trilhões em financiamentos prejudiciais à natureza, ao mesmo tempo que se ampliam os gastos e investimentos em Soluções Baseadas na Natureza. Isso requer ações políticas urgentes e uma mudança fundamental na abordagem extrativista dominante em relação à natureza. O SFN 2026 apresenta uma Curva X de Transição para a Natureza para ilustrar o duplo desafio: eliminar gradualmente os fluxos de financiamento prejudiciais à natureza e, ao mesmo tempo, ampliar as SbN para resultados positivos para a natureza. Essa abordagem da Curva X pode ajudar governos, empresas e o setor financeiro a priorizar etapas essenciais para alcançar essa transição.

Figura 6: A curva X da Transição para a Natureza - Uma estrutura para a transição para uma sociedade positiva em relação à natureza.



As prioridades de transição a curto prazo incluem:

- Reformar subsídios prejudiciais e alinhar os orçamentos com as metas das Convenções do Rio.
- Ampliar o investimento governamental em soluções baseadas na natureza, em particular em bens públicos.
- Regulamentação governamental eficaz e incentivos para alinhar o investimento com o valor da natureza e seus serviços.
- Exigir a divulgação de riscos e impactos relacionados à natureza para alterar os incentivos.
- Expandir o financiamento misto e os instrumentos de mitigação de riscos, bem como desenvolver mercados de natureza de alta integridade, para mobilizar capital privado em larga escala.

A Curva X da Transição para a Natureza é uma ferramenta para ajudar a elaborar planos de transição da natureza. Um exemplo é fornecido para governos, posicionando as prioridades políticas ao longo da curva X para reduzir as atividades de impacto negativo para a natureza e ampliar as atividades positivas.[4] Curvas X equivalentes podem ser desenvolvidas por e para empresas e instituições financeiras, a fim de orientar sobre como reduzir os fluxos de capital negativos para a natureza de forma equitativa e financeiramente sustentável, e sobre como integrar as SbN em toda a economia real, para além dos setores tradicionais de uso da terra.

Ações eficazes podem apoiar o surgimento de uma economia de transição para a natureza que movimente trilhões de dólares. Somente ampliando os investimentos em SbN e acelerando a transição para a natureza e a bioeconomia, o mundo poderá atingir as metas de 2030 estabelecidas pelas Convenções do Rio e proteger o capital natural que mantém a Terra segura para todos. Governos, empresas e instituições financeiras têm interesse em garantir que os ecossistemas permaneçam funcionais e saudáveis, para sustentar o crescimento da economia real e do sistema financeiro.

4 Instrumentos políticos mais detalhados são oferecidos no anexo técnico do SFN 2026.

Agradecimentos especiais aos parceiros financiadores do PNUMA. Por mais de 50 anos, o PNUMA tem atuado como a principal autoridade global sobre o meio ambiente, promovendo ações com base em evidências científicas, campanhas de conscientização, iniciativas de capacitação e participação de partes interessadas.

O principal programa de trabalho do PNUMA é viabilizado por contribuições flexíveis dos Estados Membros e de outros parceiros para o Fundo para o Meio Ambiente e os Fundos Planetários do PNUMA. Esses fundos possibilitam soluções ágeis e inovadoras para as mudanças climáticas, perda de natureza e biodiversidade, e poluição e resíduos.

Apoie o PNUMA. Invista nas pessoas e no planeta.
www.unep.org/funding

ONU
programa para o
meio ambiente

www.unep.org/pt-br
unep-communication-director@un.org